

[Unofficial translation by La'o Hamutuk. Portuguese original follows below.]

INTERVIEW: Timorese oil company finalizing purchase of Greater Sunrise stake - president

**** By António Sampaio, from Lusa agency ****

Dili, 8 March 2019, LUSA -- The Timor-Leste national oil company is finalizing the purchase of ConocoPhillips' and Shell's holdings in the Greater Sunrise consortium, an unprecedented investment in the country, a TimorGap official said.

"It is a very significant investment for Timor-Leste, but for the TimorGap in particular. It will represent one of the largest investments it will make in its operations and in a world-class project," Francisco Monteiro, president and chief executive of Timorese oil giant TimorGap told Lusa.

The purchase, due to take place in the second half of this month, involved legislative changes, some controversies, with the opposition questioning the constitutionality of the operation, and the revision of criteria and rules for the use of part of the Petroleum Fund.

In an interview with Lusa, Francisco Monteiro explained some of the details of the process, which marks the full entry of Timor-Leste into its largest project ever, whose total cost could exceed \$12 billion (about 11 billion euros) .

Monteiro said that this process will represent a significant return, which could arrive by the "most conservative forecast" at the injection of \$28 billion into the Petroleum Fund (PF), as well as "all additional economic benefits."

The buying process, which will give Timor-Leste a 56.6% majority shareholding in the consortium, is ongoing when the permanent maritime boundary treaty in the Timor Sea is yet to be ratified, and therefore the existing framework legislation, that is, joint Australian and Timorese management in the area.

This legal framework, which is based on the Joint Petroleum Development Area (JPDA) and the Interim Petroleum and Mining Code, in force until ratification of the treaty, provides that any contract in the zone requires the establishment of a company "specially engaged in that contract."

For this reason, TimorGap has created four subsidiaries, 100% owned by the oil company and, indirectly, by the Timorese state, he explained.

"The creation of the four subsidiaries in and of itself means an increase in the team that supports the operations, but it also represents an expansion in the face of the work the TimorGap has done so far," he said.

Two subsidiaries will manage the contracts within JPDA, "TimorGap Greater Sunrise 03-19" and "TimorGap Greater Sunrise 03-20", and two others, "TimorGap Greater Sunrise R1" and "TimorGap Greater Sunrise R2", those for waters administered by Australia.

"At the moment the border treaty is ratified, the four subsidiaries will be merged into a single one that will take full control of these assets," he said.

Monteiro said that “all the legislative and regulatory steps necessary to have the funds transferred from the Petroleum Fund by the Central Bank of Timor-Leste (BCTL) to TimorGap” have already been taken, including the new rules and criteria, under the diploma of the Minister of Finance.

It is only necessary to conclude the commercial agreements between the BCTL and the TimorGap, in particular the conditions of return on the capital of the PF, which, as already announced by the acting Minister of Finance, should have a grace period of eight years.

“We expect to complete this within two weeks so the transfer can take place,” he said.

The entry of the TimorGap into the Greater Sunrise consortium will entail operating costs, which in Monteiro’s opinion will be modest in the first year, based on an annual work program, with its budget, submitted by the operator, the Australian company Woodside.

This current annual plan and budget of about \$7 million is analyzed and evaluated by a technical and operational committee, with Timor-Leste being responsible for 56.6% of the costs, corresponding to the stake it holds.

“This year is a modest budget of about seven million. Several negotiations are still underway on various aspects of the transitional arrangements for ratification, renegotiation of contracts and others. So it is not a big budget and the TimorGap has already allocated funds to pay 56.6% of that total,” he said.

The price “will be more” in the next phase, from 2020 until 2021, the working period before the Financial Investment Decision (FID), in which, in the case of upstream, is waiting for Woodside’s budget.

“But in the downstream we are talking about 15 to 50 million by 2021,” he explained. In petroleum projects, upstream encompasses exploration, drilling and production activities and downstream includes transportation, distribution and marketing activities.

“From FDI to development and production, we are talking about CAPEX [capital expenditure] from 11 to 12 billion,” he said, noting that not all of this will be paid by Timor-Leste.

Last November, the Timorese Government bought Shell’s 26.56% stake in the Greater Sunrise oil fields in the Timor Sea, which added to the 30% stake acquired from ConocoPhillips in September.

These acquisitions, totaling \$650 million, gave Timor-Leste a 56.56% majority in the oil consortium, which was led by Woodside (34.5%), and included ConocoPhillips (30%), Shell (28.5%) and Osaka Gas (10%).

ENTREVISTA: Petrolífera timorense ultima compra de participação no Greater Sunrise - presidente

**** Por António Sampaio, da agência Lusa ****

Díli, 08 mar (Lusa) – A petrolífera timorense está a ultimar a concretização da compra das participações da ConocoPhillips e da Shell no consórcio do Greater Sunrise, num investimento sem precedentes no país, disse o responsável da Timor Gap.

“É um investimento muito significativo para Timor-Leste, mas para a Timor Gap em particular. Representará um dos maiores investimentos que fará nas suas operações e num projeto de nível e dimensão mundial”, disse à Lusa Francisco Monteiro, presidente e diretor executivo da petrolífera timorense Timor Gap.

A concretização da compra, que deverá ocorrer na segunda metade deste mês, implicou alterações legislativas, algumas polémicas, com a oposição a questionar a constitucionalidade da operação, e a revisão de critérios e regras para o uso de parte do Fundo Petrolífero.

Em entrevista à Lusa, Francisco Monteiro explicou alguns dos pormenores do processo, que marca a entrada plena de Timor-Leste no seu maior projeto de sempre, cujo custo total poderá ultrapassar os 12 mil milhões de dólares (cerca de 11 mil milhões de euros).

Monteiro garantiu que este processo vai representar um retorno significativo, que poderá chegar na “previsão mais conservadora” a uma injeção de 28 mil milhões de dólares (cerca de 25 mil milhões de euros) no Fundo Petrolífero (FP), a que se somam “todos os benefícios económicos adicionais”.

O processo de compra, que dará a Timor-Leste uma maioria de 56,6% do capital do consórcio, está a decorrer quando ainda está por ratificar o tratado permanente de fronteiras marítimas no Mar de Timor, pelo que ainda se aplica o existente enquadramento legislativo, ou seja, de gestão conjunta australiana e timorense na zona.

Esse enquadramento jurídico, assente na Zona Conjunta de Desenvolvimento Petrolífero (JPDA) e no Código Interino de Petróleo e Minerais, em vigor até à ratificação do tratado, determina que qualquer contrato na zona obriga ao estabelecimento de uma empresa “especialmente dedicada a esse contrato”.

Por isso, a Timor Gap criou quatro subsidiárias, detidas a 100% pela petrolífera e, indiretamente, pelo Estado timorense, explicou.

“A criação das quatro subsidiárias implica, por si só, um aumento na equipa que apoia as operações, mas, além disso, representa uma expansão face ao trabalho que a Timor Gap tem feito até agora”, disse.

Duas subsidiárias vão gerir os contratos dentro da JPDA, a “Timor Gap Greater Sunrise 03-19” e a “Timor Gap Greater Sunrise 03-20”, e duas outras, a “Timor Gap Greater Sunrise R1” e a “Timor Gap Greater Sunrise R2”, os referentes às águas administradas pela Austrália.

“No momento em que o tratado de fronteiras for ratificado, as quatro subsidiárias serão fundidas numa única que assumirá em pleno o controlo destes ativos”, adiantou.

Monteiro disse que já foram dados “todos os passos legislativos e regulatórios necessários para ter os fundos transferidos do Fundo Petrolífero, pelo Banco Central de Timor-Leste (BCTL) para a Timor Gap”, incluindo as novas regras e critérios, alvo de diploma da ministra das Finanças.

Falta apenas concluir os acordos comerciais entre o BCTL e a Timor Gap, nomeadamente as condições de retorno do capital do FP que, como anunciou já a ministra das Finanças interina, deverá ter um período de carência de oito anos.

“Esperamos concluir isto em duas semanas para a transferência poder ocorrer”, indicou.

A entrada da Timor Gap no consórcio do Greater Sunrise vai implicar custos operacionais, que, na opinião de Monteiro serão modestos no primeiro ano, baseando-se num programa anual de trabalho, com respetivo orçamento, submetido pelo operador, a australiana Woodside.

Esse plano e orçamento anual, no corrente ano de cerca de sete milhões de dólares, é analisado e avaliado por um comité técnico e operacional, cabendo a Timor-Leste pagar 56,6% dos custos, valor correspondente à participação que detém.

“Este ano é um orçamento modesto, de cerca de sete milhões. Ainda estão em curso várias negociações sobre vários aspetos dos acordos de transição para a ratificação, renegociação dos contratos e demais. Por isso, não é um grande orçamento e a Timor Gap já tem alocados fundos para pagar 56,6% desse total”, disse.

O valor “será maior” na fase seguinte, a partir de 2020 e até 2021, período de trabalho antes da Decisão de Investimento Financeiro (FID, na sigla em inglês), em que, no caso do ‘upstream’, se aguarda orçamento da Woodside.

“Mas no ‘downstream’ estamos a falar de entre 15 a 50 milhões até 2021”, explicou. Em projetos petrolíferos, o ‘upstream’ abrange as atividades de exploração, perfuração e produção e o ‘downstream’ as atividades de transporte, distribuição e comercialização.

“Depois do FDI até ao desenvolvimento e produção, estamos a falar de CAPEX [despesa de capital] de 11 a 12 mil milhões”, afirmou, notando que nem todo esse valor será pago por Timor-Leste.

Em novembro passado, o Governo timorense comprou a participação de 26,56% da Shell, nos campos petrolíferos Greater Sunrise, no Mar de Timor, que se somou à participação de 30% adquirida, em setembro, à ConocoPhillips.

Estas aquisições, num total de 650 milhões de dólares (cerca de 580 milhões de euros), deram a Timor-Leste uma maioria de 56,56% no consórcio petrolífero, que era liderado pela Woodside (34,5%), e incluía a ConocoPhillips (30%), a Shell (28,5%) e a Osaka Gas (10%).

ASP // EJ